



FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

No sentido de atender às disposições legais, a Fertilizantes Heringer S.A., ("Heringer" ou "Companhia") vem apresentar a seguir, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e as respectivas notas explicativas.

Breve Histórico

A Fertilizantes Heringer S.A. é uma das empresas pioneiras na produção, comercialização e distribuição de fertilizantes, com atuação nacional e 43 anos de presença neste mercado. A Companhia teve um crescimento significativo em toda sua trajetória, resultado de investimentos em novas unidades de produção, qualidade e produtos diferenciados, atendimento personalizado a seus clientes, ampla rede de comercialização e distribuição, acesso seguro e estável a matérias-primas, agilidade no processo decisório e posicionamento estratégico oportuno dentro de importantes mercados regionais.

A Companhia foi constituída em 1968, pelo engenheiro agrônomo Dalton Dias Heringer, como uma empresa individual sob a denominação de Dalton Dias Heringer.

Atualmente, a Heringer comercializa fertilizantes básicos, fórmulas NPK e fertilizantes especiais em 19 unidades de mistura localizadas nas principais regiões de consumo do Brasil, possuindo capacidade de produção de mistura de 5,7 milhões de toneladas, levando-se em consideração o ajuste da capacidade produtiva à sazonalidade.

A Companhia distribui fertilizantes para produtores rurais, empresas agrícolas, empresas comerciais e cooperativas, localizados em todo território nacional. Possui ampla capacidade de desenvolvimento de novos fertilizantes especiais por meio de seu corpo técnico, além de dois centros de pesquisa, o que lhe permite atender diversos segmentos do setor de agronegócio.

Como passo importante para seu crescimento e modernização a Companhia abriu seu capital ao mercado ingressando no Novo Mercado da Bovespa em abril de 2007, tendo suas ações negociadas no código FHER3. Em março de 2008, foi constituída a Lógica Transportes S.A, subsidiária integral da Companhia, para operação de transportes rodoviários e prestação de serviços a terceiros. Em Outubro de 2010, a razão social passou a ser Logfret Transportes S.A.

No final de 2008, iniciou-se a produção da fábrica de ácido sulfúrico e super fosfato simples (SSP) em Paranaguá - PR, com capacidade de produção de 200 mil toneladas por ano de ácido sulfúrico e 300 mil de SSP. Na área da Governança Corporativa, foi instalado, a partir do exercício de 2008, o Conselho Fiscal da Companhia, composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes.

Visão geral da Economia e da Agricultura

O ano de 2010 foi o segundo ano de recuperação da economia mundial pós crise financeira de 2008. As economias emergentes como Brasil, China e Índia apresentaram crescimento econômico bem superior às economias desenvolvidas, como dos Estados Unidos e União Europeia.

As políticas públicas monetária e fiscal expansionistas foram mantidas, principalmente nos Estados Unidos e União Europeia, com intuito de aumento de produção, emprego e renda.

Como consequência do excesso de liquidez nos mercados, o dólar se enfraqueceu, provocando a valorização de diversas commodities e moedas, inclusive o Real.

Em 2010, o PIB brasileiro cresceu em torno de 7,5%, nível recorde para as últimas duas décadas. Esse desempenho foi fortemente influenciado pelas medidas anti-cíclicas adotadas pelo governo federal, que estimularam o consumo doméstico e o investimento produtivo.

Aqui, a forte recuperação econômica derreteu a taxa de desemprego, que bateu recorde ao atingir 6,8%, o nível mais baixo da série histórica. A redução da população desocupada, aliada ao aumento da renda real do trabalhador e o aumento do crédito a pessoa física, impulsionou o consumo.

O ritmo de crescimento, atrelado aos problemas de oferta no segundo semestre, teve como consequência a elevação da inflação, levando o Banco Central a atuar, elevando os juros desde o início do ano, para manter a inflação dentro da meta.

No que diz respeito à agricultura brasileira, o ano de 2010 foi de forte recuperação de preços, principalmente a partir de setembro e apresentou um cenário muito promissor. As principais commodities agrícolas apresentaram cotações bastante elevadas, impulsionadas pela demanda global por alimentos, puxada por países emergentes liderados pela China, além dos problemas climáticos sofridos pela Argentina e Rússia, o que reduziu a oferta. A urbanização mundial também tem sido um fator preponderante nesse processo.

Em 2010, o agronegócio brasileiro continuou sendo um dos principais pilares da economia, representando cerca de um terço do PIB e aproximadamente 40% das exportações do país. O Brasil é um dos principais players do Agronegócio mundial, sendo o maior produtor e exportador de café, açúcar e suco de laranja, segundo maior produtor e exportador de soja em grão e assumiu a liderança nos segmentos de carne bovina e frango. É também o único país ainda com disponibilidade de vastas áreas de terras agricultáveis, além de possuir recursos hídricos abundantes e clima propício para o crescimento sustentável do agronegócio.

Mercado Brasileiro de Fertilizantes

Segundo a ANDA, no ano de 2010, as entregas foram de 24,5 milhões de toneladas, representando um aumento de 9,4% em relação a 2009.

As entregas por região praticamente não sofreram alterações em relação a 2009. O Norte consumiu 1,9%, o Nordeste 12,2%, o Sul 27,6%, o Sudeste 28,6% e o Centro-Oeste 29,7%.

Em 2010, praticamente todas as culturas contribuíram para o aumento do volume de entregas de 9,4% em relação ao mesmo período de 2009.

Os fertilizantes nitrogenados apresentaram evolução de 11,8% em relação ao ano anterior, devido ao aumento de demanda para as culturas de cana de açúcar, algodão, café, milho e arroz.

Os fertilizantes fosfatados registraram aumento de 1,3% em relação a 2009. Vale destacar que as entregas do último trimestre, com a intensificação do plantio da soja e milho, foram decisivas para reversão da queda nas entregas do P205 que se apresentava nos trimestres anteriores.

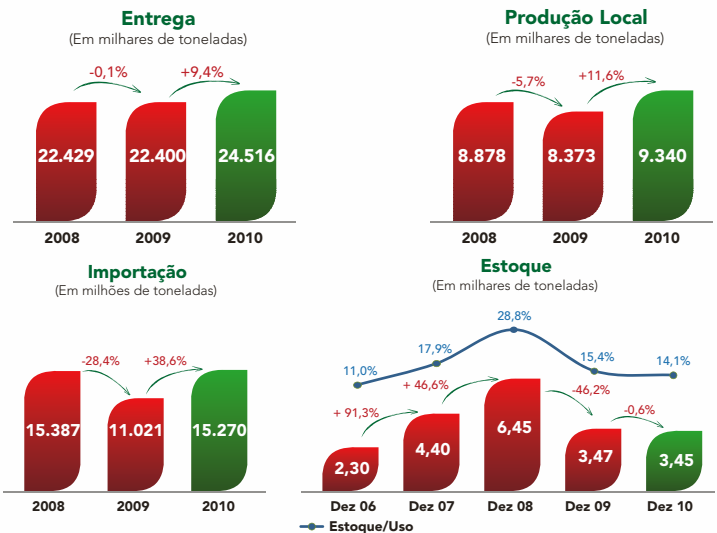
Nos fertilizantes potássicos, o crescimento registrado foi de 23,7%, retomando patamares históricos.

Em 2010, a produção nacional foi de 9,3 milhões de toneladas, representando um aumento de 11,6% em relação a 2009, sendo que os fertilizantes nitrogenados e fosfatados aumentaram 2,5% e 10,5% respectivamente e os potássicos registraram queda de 7,5%.

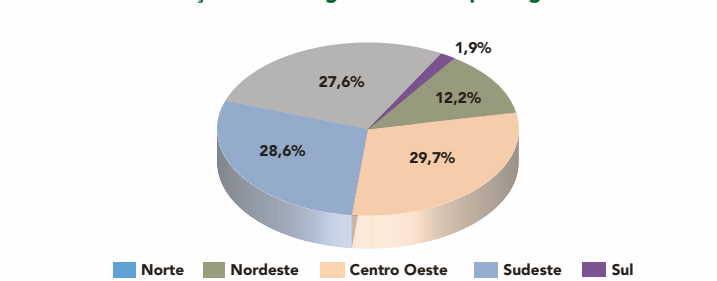
Em 2010 as importações apresentaram um crescimento de 38,6%, passando de 11,0 milhões em 2009 para 15,3 milhões em 2010, devido ao aumento da demanda do mercado, além de não ter havido excesso de passagem de estoque no mercado para 2010, como houve de 2008 para 2009.

Os estoques de fertilizantes em poder da indústria de fertilizantes indicavam no final de dezembro de 2010 um volume de 3,45 mil toneladas, ou seja, um volume semelhante ao apurado no final de dezembro de 2009 que foi de 3,47 mil toneladas.

Os estoques estiveram ajustados no decorrer de 2010, apresentando adequada relação estoque/uso, sendo de 15,4% em 2009 e de 14,1% em 2010.



Distribuição das entregas brasileiras por região - 2010



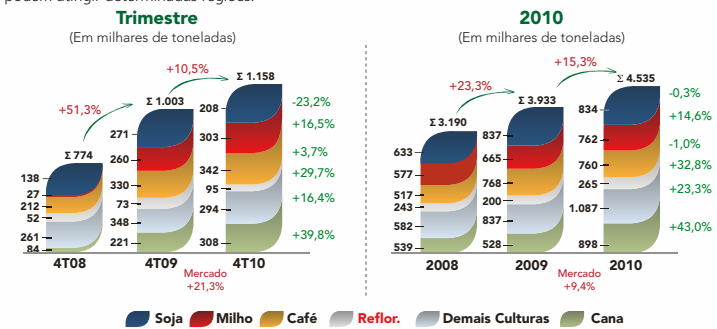
Vendas e Distribuição por Cultura da Heringer

Em 2010, o volume entregue aumentou, passando de 3.933 mil toneladas em 2009 para 4.535 mil toneladas, um crescimento de 15,3%.

Destaca-se neste período um forte crescimento, de 43,0%, na entrega de fertilizantes para cana de açúcar, devido ao incremento do uso de fertilizantes nas áreas colhidas e forte demanda dos produtos derivados desta cultura. O reflorestamento teve um aumento de 32,8%, tendo em vista o incremento nas áreas de plantio, principalmente no Centro Oeste e Nordeste do país e também a retomada dos preços dos derivados dessa cultura, proporcionando maior lucratividade e como consequência a melhora do manejo da cultura. O milho cresceu 14,6%, em decorrência do aumento do plantio do milho safrinha no 1510. O volume comercializado para a cultura da soja praticamente se manteve nos mesmos patamares de 2009. Houve queda de 1,0% na cultura de café devido basicamente ao atraso das chuvas nas principais regiões produtoras.

As demais culturas somadas cresceram 23,3%. Atualmente contemplam mais de 70 culturas, entre elas: algodão, hortifrutti, flores, citrus, etc. É importante salientar que as entregas para as demais culturas tem tido um expressivo crescimento e representaram, em 2010, 22,4%.

A abrangência nacional da Heringer também mitiga problemas associados ao clima, pragas e doenças que podem atingir determinadas regiões.



Produtos Especiais

Os produtos especiais têm contribuído para as margens da Heringer e também para a fidelização dos clientes. A participação dos produtos especiais nas vendas totais passou de 27% em 2009 para 29% em 2010, um crescimento de 2 pontos percentuais.

O volume em 2010 foi de 1.321 mil toneladas, 26,5% superior ao ano de 2009, que foi de 1.044 mil. Os produtos especiais são fertilizantes em grande parte exclusivos da Heringer que possuem características agrônomicas superiores aos padrões de mercado. A empresa possui um dos maiores portfólios de fertilizantes especiais do mercado (31 produtos), com potencial de uso em todas as culturas. O desenvolvimento desta linha de produtos visa um melhor atendimento das necessidades nutricionais das culturas, objetivando aumento de produtividade e qualidade.

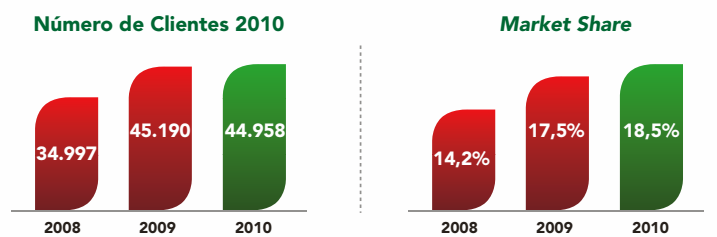
Aliado a isso, a Heringer conta com um corpo técnico capacitado, composto por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas. Este corpo técnico trabalha de forma atare com importantes pesquisadores do ramo da fertilidade do solo e nutrição de plantas, de forma a estar sempre atualizado sobre as novas técnicas e parâmetros para uma correta nutrição e fertilização das lavouras.



Base de Clientes e Participação de Mercado

O número de clientes foi de 44.958 em 2010, mantendo sólida base de clientes distribuídos por todo território nacional, atendendo a mais de 70% dos municípios brasileiros.

O market share em 2010, cresceu 1 ponto percentual, atingindo 18,5%. A Heringer manteve seu crescimento orgânico, visando atender cada vez mais clientes com pontualidade, eficiência e qualidade dos produtos.



Unidades de Misturas e Capacidade de Produção

A Heringer possui atualmente 19 unidades de mistura e um escritório comercial, distribuídas nas regiões, sudeste, centro oeste, sul e nordeste. Dentre essas unidades, quatro delas iniciaram suas operações em 2010, sendo uma unidade própria, a de Dourados/MS, uma unidade alugada, a de Anápolis/GO e duas terceirizadas, sendo São João do Manhuaçu/MG e Rio Grande/RS.

No 3T10, foi inaugurada a unidade de Dourados, em substituição à unidade de Rio Brilhante/MS, que era alugada.

Além disso, foram feitas ampliações das capacidades de produção das unidades de Rosário do Catete, Iguatama, Catalão, Rio Verde, Ourinhos, Rondonópolis e Porto Alegre, para melhor atender os agricultores dessas regiões.

Em Paranaguá/PR, a Heringer possui uma planta de ácido sulfúrico e SSP (super fosfato simples). A capacidade instalada de mistura atual é de 5,7 milhões de toneladas anuais, atendendo as necessidades das entregas da Companhia.



	4T10	% RL	44T09	% RL	Δ % 10/09
Receita Bruta	1.355.521		994.549		
Receita Líquida	1.355.718	100,0%	972.812	100,0%	37,3%
CPV	(1.049.023)	-78,5%	(911.313)	-93,7%	15,1%
Lucro Bruto	286.695	21,5%	61.499	6,3%	366,2%
VG&A	(102.923)	-7,7%	(88.585)	-9,1%	16,2%
EBITDA	200.317	15,0%	(44.153)	-4,5%	
EBITDA ajustado			(12.249) *	-1,3%	
Rec.(Desp.) Finan. Líquida	(23.092)	-1,7%	(12.058)	-1,2%	
Resultado Líquido	113.524	8,5%	(35.200)	-3,6%	

* Valores Ajustados ao Impacto do REFIIS

Obs.: Os valores do ano de 2009 foram ajustados ao IFRS

	2010	% RL	2009	% RL
Receita Bruta	3.550.262		3.160.679	
Receita Líquida	3.485.561	100,0%	3.092.005	100,0%
CPV	(2.996.707)	-86,0%	(2.807.180)	-90,8%
Lucro Bruto	488.854	14,0%	284.825	9,2%
VG&A	(318.587)	-9,1%	(264.458)	-8,6%
EBITDA	221.676	6,4%	36.141	1,2%
EBITDA ajustado	221.676	6,4%	68.045 *	2,2%

*Valores Ajustados ao Impacto do REFIIS

Obs.: Os valores do ano de 2009 foram ajustados ao IFRS

Dias de Capital de Giro

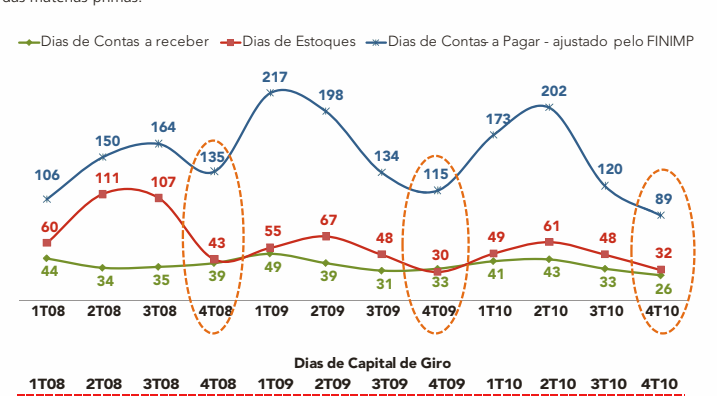
O capital de giro da Heringer reflete a sazonalidade dos negócios. Por isso, a comparação por trimestres equivalentes no ano é mais adequada para o entendimento. A Heringer mantém uma política de capital de giro com o objetivo de girar as operações da empresa, mantendo uma posição de caixa adequada às suas necessidades.

A Heringer mantém uma política rígida de crédito buscando manter em baixos níveis os dias de contas a receber, através de vendas com prazos curtos e uma adequada análise de crédito, procurando reduzir os riscos de inadimplência e perdas. Assim, os dias de contas a receber fecharam em 26 dias no 4T10, inferiores aos 33 dias do 4T09.

Os dias de estoques no 4T10 ficaram em 32 dias, em linha com os 30 dias do 4T09 e inferior aos 48 dias do 3T10. A Heringer busca, através da sinergia entre as áreas comercial, suprimentos e logística, a manutenção do nível ideal dos estoques, procurando atender nossos clientes com qualidade e no tempo certo.

Os dias de contas a pagar fecharam em 89 dias no 4T10, abaixo dos 115 dias do 4T09 e dos 120 dias do 3T10. Com os recursos das debêntures, a Companhia optou por comprar mais à vista de fornecedores locais, bem como pela liquidação de algumas operações de financiamento de importações, reduzindo os dias de contas a pagar.

A Heringer acredita estar bem posicionada para manter suas operações de financiamento para aquisição das matérias-primas.



Principais Indicadores e Múltiplos (R\$ Mil)

A Heringer, ao longo dos últimos anos, tem apresentado um contínuo crescimento de volume, participação de mercado e da receita líquida. O crescimento médio ponderado do volume entregue após o IPO, em 2007, ou seja, nos últimos 4 anos, foi de 16%, enquanto o mercado cresceu 4%. No lado da receita, o crescimento médio ponderado foi de 25% no mesmo período. O market share que em 2007 foi de 13,4%, atingiu 18,5% em 2010.

A margem EBITDA média de 2007 a 2010 foi de 3,4%, com grande destaque para 2010, que fechou em 6,0%, cujo valor foi de R\$ 212,3 milhões, equivalente a 2 vezes a média 2007/2010 e 6 vezes o EBITDA de 2009.

Embora a dívida líquida tenha crescido em 2010, o múltiplo endividamento/EBITDA em 2010, em IFRS, foi de 2,86, inferior à média 2007/2010 que foi de 5,9 vezes e muito inferior a 2009 que foi de 12,30 vezes. Também é importante salientar que os recursos das debêntures, cujo prazo foi de 42 meses, contribuíram para a gestão do capital de giro, para a formação de estoques no 2510, bem como para o alongamento do perfil de parte dos passivos financeiros.

O múltiplo EV/EBITDA em 2010 fechou em 4,9 vezes, bem inferior à média de 2007/2010 que foi de 12,9 vezes e muito inferior a 2009 que foi de 25,8 vezes. Já o múltiplo P/L fechou em 7,3 vezes em 2010.

A Heringer acredita que esses indicadores e múltiplos demonstram claramente uma melhora do desempenho da Companhia.

	2007	2008	2009	2010
Performance de Vendas				
Volume Entregas (MM Tons)	3,3	3,2	3,9	4,5
Crescimento Volume		2,1%	23,2%	15,3%
Receita Líquida (R\$ Mil)	2.260.839	3.524.559	3.192.314	3.521.473
Market Share		14,2%	17,5%	18,5%
Patrimônio Líquido	492.827	286.247	347.917	409.722
% de variação		-41,9%	21,5%	17,8%
Endividamento (IFRS)				
Dívida Líquida (R\$ Mil)	216.208	454.985	476.723	607.358
Endividamento/EBITDA	2,60	5,05	12,30	2,86
Endividamento/PL	0,44	1,59	1,37	1,48
Endividamento/Receita Líquida	9,6%	12,9%	14,9%	17,2%
Endividamento (Ajustado)				
Dívida Líquida (R\$ Mil)	172.593	403.789	420.569	536.226
Endividamento/EBITDA	2,07	4,48	10,85	2,53
Endividamento/Receita Líquida	7,6%	11,5%	13,2%	15,2%
Múltiplos				
EBITDA	83.266	90.113	38.765	212.331
Margem EBITDA	3,7%	2,6%	1,2%	6,0%
Dívida Líquida (R\$ Mil)	216.208	454.985	476.723	607.358
Preço das Ações Fechamento	19,65	3,56	10,81	9,27
Quantidade de Ações (Mil)	48.566	48.810	48.471	48.471
Valor de Mercado (R\$ Mil)	954.322	173.764	523.972	449.326
Enterprise Value	1.170.530	628.748	1.000.695	1.056.684
EV/EBITDA	14,06	6,98	25,81	4,98
Lucro por Ação	1,60	-5,19	1,23	1,28
Preço Lucro (P/L)	12,31	-0,69	8,81	7,27

Em vista do bom resultado do 4T10 e da adequada gestão do capital de giro, a Heringer gerou um caixa de R\$ 69,1 milhões, o que contribuiu para a redução da dívida líquida nesse período. A dívida líquida no 3T10 era de R\$ 694,8 milhões e no final do 4T10 encerrou com R\$ 607,3 milhões.

Em 2010, a geração positiva de caixa foi de R\$ 23,0 milhões. O caixa inicial em 31/12/09 foi de R\$ 153,0 milhões e encerrou com R\$ 176,0 milhões em 31/12/10. Abaixo estão relacionados os principais itens que reconciliam o valor de R\$ 23,0 milhões:

- Despesas (receitas) que não afetam o caixa no valor líquido de R\$ 52,1 milhões. Esse valor é composto principalmente pelos valores da depreciação incorrida no período, juros e variação cambial sobre empréstimos e fornecedores internacionais ainda não realizados e resultados de operações de hedge ainda não realizados;
- Aumento de contas do ativo no valor líquido de R\$ 158,1 milhões. Basicamente esse valor é composto por aumento de estoques, aumento do imposto de renda e contribuição social a recuperar, entre outras contas;
- Redução de contas do passivo no valor líquido de R\$ 132,1 milhões. Esse valor foi resultado da redução líquida de fornecedores nacionais, internacionais e operações de Finimp com bancos, pagamentos de juros e despesas de importação compensado por outras contas do passivo circulante, incluindo adiantamento de clientes;
- Investimentos no valor líquido de R\$ 76,7 milhões. A Companhia manteve seu plano de investimentos nesse período, visando o aumento da capacidade de produção planejada, concluindo assim um importante ciclo de investimentos;
- Financiamentos e empréstimos líquidos no valor de R\$ 249,4 milhões, incluído a emissão das debêntures.

RESULTADOS FINANCEIROS (R\$Mil)

DRE 2010

Em 2010, a receita líquida foi de R\$ 3.521,5 milhões, superior em 10,3% ao ano de 2009. Basicamente, esse resultado deveu-se ao aumento do volume de entregas de 15,2 % em relação a 2009 e à queda de 1,0% no preço médio de vendas, que em 2010 foi de R\$ 758,97, enquanto em 2009 foi de R\$ 765,92. Salientamos que somos tomadores de preços baseados em dólar, o que em linhas gerais explica as alterações para cima ou para baixo do preço médio de vendas por toneladas.

O CPV em 2010 foi de R\$ 3.056,2 milhões, superior 3,5% ao CPV de 2009 que foi de R\$ 2.951,2 milhões. O percentual sobre a receita líquida em 2010 foi de 86,8%, inferior ao percentual de 2009, que foi de 92,5%.

No CPV de 2010, está incluso R\$ 31,3 milhões referente aos custos da planta de produção de SSP e ácido sulfúrico em Paranaguá – PR, em função da paralisação dessa unidade. Nesse valor também está incluído o custo de uma parada para manutenção em março de 2010.

O lucro bruto de 2010 foi de R\$ 465,3 milhões, contra R\$ 240,7 milhões em 2009. A margem bruta em 2010 foi de 13,2%, enquanto em 2009 foi de 7,5%. Na segregação desse resultado por segmento, obtivemos no segmento de mistura e distribuição de fertilizantes R\$ 488,9 milhões representando uma margem bruta de 14,0%, e no segmento de produção de SSP e ácido sulfúrico um resultado negativo de R\$ 23,6 milhões com uma margem negativa de 65,7%.

As despesas VG&A foram de R\$ 318,6 milhões, representando 9,0% da receita líquida, ligeiramente superior ao ano de 2009 que foi de 8,3%. É importante salientar novamente, que o percentual das despesas VG&A também é impactado pela alta ou queda do preço médio de vendas, como também do volume. Em valores absolutos, as despesas VG&A cresceram 20,5%, mas por tonelada 7,6%. Em 2010 foram de R\$ 68,69 por tonelada e em 2009 de R\$ 63,45. Por conseguinte, houve um ganho real de produtividade em face de um crescimento de 10,3% da receita líquida em 2010. Também o crescimento das despesas VG&A ficou em linha com os índices inflacionários. É uma preocupação constante da Companhia a adequada gestão das despesas, na busca de uma melhor rentabilidade.

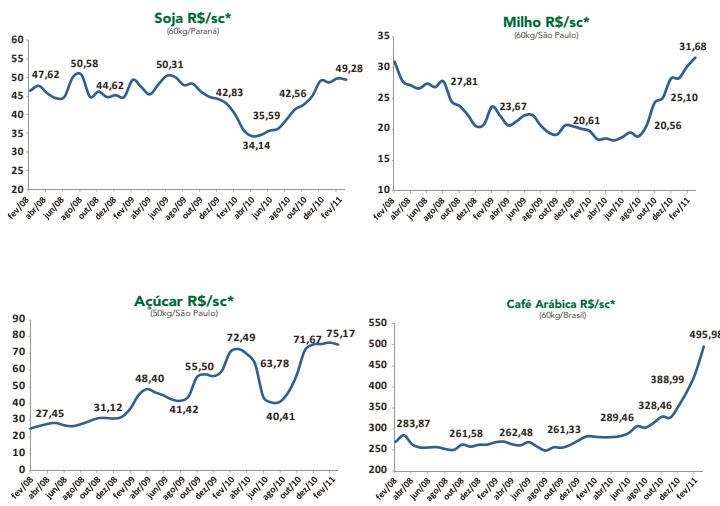
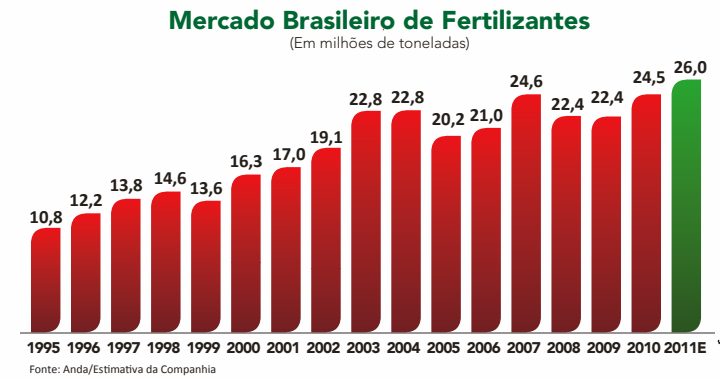
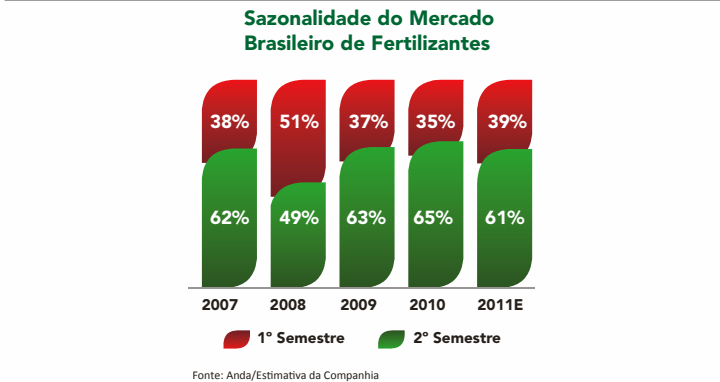
Assim, a variação de R\$ 51,9 milhões em 2010 x 2009, divide-se em R\$ 38,5 milhões com despesas com vendas e R\$ 13,4 milhões com gerais e administrativas. Esse incremento deu-se basicamente em:

- Fretes de entrega, tendo em vista o expressivo aumento do volume nesse período na modalidade CIF, aliado ao aumento do preço dos fretes. Salientamos que os fretes de entrega fazem parte da formação do preço de venda.
- Despesas com propaganda e publicidade.
- Salários e encargos referentes a aumentos salariais por dissídio sindical, enquadramentos de faixa e aumento do quadro, em função do aumento de volume de produção e entregas, bem como o início da produção de novas unidades.
- Despesas com vendas incluindo comissões, viagens e treinamento da equipe de vendas.
- Outras despesas incluindo manutenção, TI e consultorias.

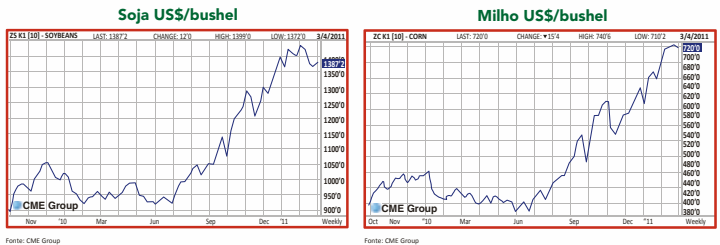
FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88

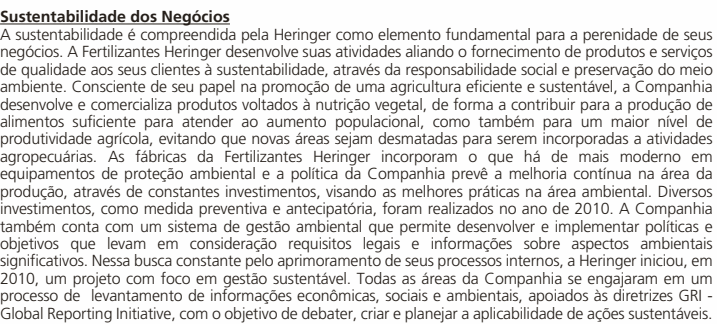
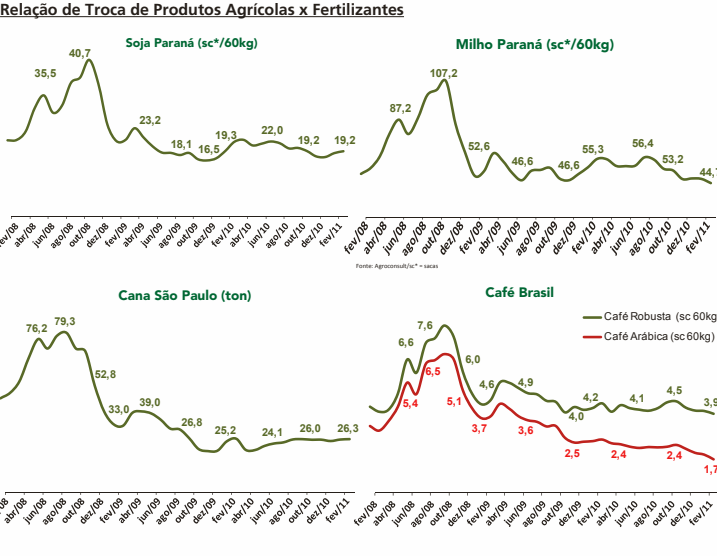
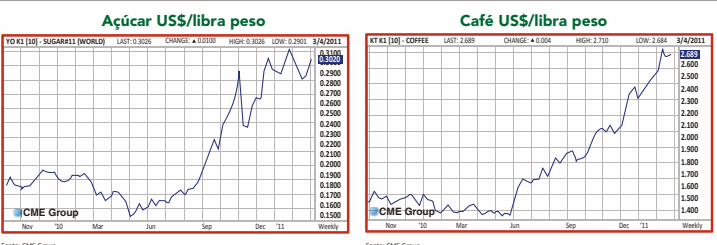
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Fonte e projeção: Agroconsult/R\$/SC *= Preços em saca
Commodities Agrícolas – Preços internacionais: evolução recente
Fonte: CME Group



Fonte: Agroconsult/sc* = sacas



Sustentabilidade dos Negócios
A sustentabilidade é compreendida pela Heringer como elemento fundamental para a perenidade de seus negócios. A Fertilizantes Heringer desenvolve suas atividades aliando o fornecimento de produtos e serviços de qualidade aos seus clientes à sustentabilidade, através da responsabilidade social e preservação do meio ambiente. Consciente de seu papel na promoção de uma agricultura eficiente e sustentável, a Companhia desenvolve e comercializa produtos voltados à nutrição vegetal, de forma a contribuir para a produção de alimentos suficiente para atender ao aumento populacional, como também para um maior nível de produtividade agrícola, evitando que novas áreas sejam desmatadas para serem incorporadas a atividades agropecuárias. As fábricas da Fertilizantes Heringer incorporam o que há de mais moderno em equipamentos de proteção ambiental e a política da Companhia prevê a melhoria contínua na área da produção, através de constantes investimentos, visando as melhores práticas na área ambiental. Diversos investimentos, como medida preventiva e antecipatória, foram realizados no ano de 2010. A Companhia também conta com um sistema de gestão ambiental que permite desenvolver e implementar políticas e objetivos que levam em consideração requisitos legais e informações sobre aspectos ambientais significativos. Nessa busca constante pelo aprimoramento de seus processos internos, a Heringer iniciou, em 2010, um projeto com foco em gestão sustentável. Todas as áreas da Companhia se engajaram em um processo de levantamento de informações econômicas, sociais e ambientais, apoiados às diretrizes GRI - Global Reporting Initiative, com o objetivo de debater, criar e planejar a aplicabilidade de ações sustentáveis.

Recursos Humanos
Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía 3.405 funcionários. A folha de pagamento, somando remuneração, encargos sociais, benefícios, totalizou R\$ 131,1 milhões. O salário dos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base (nominal) e parcela variável, incluindo horas extras, adicional noturno, periculosidade e gratificações. A política de benefícios é concedida aos colaboradores com o intuito de proporcionar-lhes segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo. São oferecidos aos empregados um pacote de benefícios, incluindo assistência médica, seguro de vida, auxílio creche, alimentação e transporte. A Companhia possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Companhia distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

BALANÇOS PATRIMONIAIS							
(Em milhares de reais)							
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	176.928	154.358	251.191	Fornecedores	18	561.506	846.649
Contas a receber de clientes	387.256	369.381	403.570	Empréstimos e financiamentos	19	549.199	623.541
Estoques	474.510	415.936	533.887	Encargos sociais	13.864	10.976	8.483
Tributos a recuperar	127.021	103.514	118.947	Imposto de renda e contribuição social a recolher	10	10.675	10.675
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	212	4.200	67.779	Tributos a recolher	20	6.338	6.749
Instrumentos financeiros derivativos		335	175	Adiantamentos de clientes		106.881	114.096
Outros ativos	30.437	31.375	52.269	Demais contas a pagar		39.065	39.059
	1.196.364	1.079.099	1.427.818	Instrumentos financeiros derivativos	11	22.250	23.117

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo	160.525	143.016	197.003	Empréstimos e financiamentos	19	234.214	6.222
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	19.703	2.657	4.381	Provisão para contingências	20	1.149	262
Tributos a recuperar	3.238	3.070	13.330	Tributos a recolher	20	67.466	61.832
Bens destinados à venda	715	1.368	997		302.829	68.316	11.389
Outros ativos	47.304	56.085	117.531				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	102.192	90.448				
Créditos tributários adquiridos	13	14.840	6.770				
Depósitos judiciais	348.517	303.414	144.476				
Investimentos	12	139	139				
Imobilizado	471.794	420.848	412.905				
Intangível	6.157	5.103	3.934				
	826.480	729.505	561.834				
	2.022.844	1.808.603	1.989.272				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA					
(Em milhar)					
	Controladora		Consolidado		
	2010	2009	2010	2009	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	88.386	79.226	88.394	79.422	
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:					
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(3.867)	4.138	(3.867)	4.138	
Realização de provisão de ajuste de estoques a valor de mercado	(508)	(62.531)	(508)	(62.531)	
Depreciação	40.785	35.231	40.790	35.235	
Amortização - ativo intangível	1.570	2.122	1.591	2.142	
Amortização - ágio	386	386	386	386	
Resultado de participações societárias	(26)	(451)			
Ganhos na alienação de investimentos	(4.273)		(4.273)		
Valor residual do ativo imobilizado baixado	1.485	4.651	1.485	4.651	
Valor residual do intangível baixado		107		107	
Reversão de perdas na realização de bens destinados à venda	(531)	(438)	(531)	(438)	
Reversão de provisão para deságio de impostos a recuperar	(32)	216	(32)	216	
Provisão para perdas de créditos tributários - ICMS	6.835		6.835		
Juros não realizados de debêntures	14.881		14.881		
Provisão para férias, 13º salário e PLR	2.207	1.806	2.207	1.827	
Provisão para (reversão de) contingências, líquidas	887	(1.335)	887	(1.335)	
Reversão de deságio sobre créditos tributários adquiridos		29.917		29.917	
Juros e encargos financeiros do ativo não-circulante	(11.744)	(49.385)	(11.744)	(49.385)	
Juros e encargos financeiros do ativo passivo-circulante	6.071	41.870	6.071	41.870	
Juros e variações cambiais não realizados das contas a receber de clientes, dos estoques e importação em andamento, de demais contas a receber, de fornecedores, de empréstimos e de demais contas a pagar	(1.476)	(330.260)	(1.476)	(330.260)	
"Swaps" não realizados	(532)	22.958	(532)	22.957	
	140.504	(221.772)	140.564	(221.081)	
Redução (aumento) nas contas de ativos					
Contas a receber de clientes	(13.953)	23.434	(13.953)	23.434	
Estoques	(60.292)	178.943	(60.292)	178.943	
Tributos a recuperar	(82.705)	(77.924)	(82.717)	(77.924)	
Outros ativos	1.596	20.081	1.594	20.096	
Depósitos judiciais	(3.091)	1.466	(3.091)	1.466	
Bens destinados a venda	363	10.698	363	10.698	


FERTILIZANTES HERINGER S.A.
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia") tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes sob a marca Heringer, desde 1968. A Companhia atua ainda com operações de transportes rodoviários e prestação de serviços através de sua subsidiária integral Logfret Transportes S.A. (anteriormente denominada Logica Transportes S.A.). A Companhia possui atualmente 19 unidades de mistura e um escritório comercial, distribuídas nas regiões, sudeste, centro oeste, sul e nordeste. Dentre essas unidades, quatro delas iniciaram suas operações em 2010, sendo uma unidade própria, a de Dourados - MS, uma unidade em comodato, a de Anápolis - GO, e duas terceirizadas, sendo São João del-Rei - MG e Rio Grande - RS. A unidade de Dourados foi inaugurada no terceiro trimestre de 2010, em substituição à unidade de Rio Brilhante - MS, que era alugada. Em Paranaguá - PR, a Companhia possui, além de uma unidade de mistura, uma unidade fabril de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples ("SSP"). As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no mercado de bolsa, admitidas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2011.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações na data de transição para CPCs e IFRS, o valor justo de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado e de ativos de longo prazo disponíveis para venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior componente de estimativa, bem como as áreas nas quais as estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"). As demonstrações financeiras consolidadas também foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com os CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs e IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado do exercício, estão descritas na Nota 4.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e estão sendo apresentadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas. As notas explicativas se referem às demonstrações financeiras da controladora e, quando indicado, também às demonstrações financeiras consolidadas.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis
(a) Demonstrações financeiras consolidadas

A seguinte política contábil é aplicada na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controlada: Controlada é toda a entidade cuja política financeira e operacional pode ser conduzida pela Companhia e na qual normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. Uma controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. As operações entre a Companhia e sua controlada, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações e seus efeitos tributários, foram eliminados. As políticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. e sua subsidiária integral Logfret Transportes S.A.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os ativos e passivos financeiros em demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora. No caso da Heringer as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, inferior a 90 dias, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos totais em contas garantidas, quando aplicável, que são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

(d) Instrumentos financeiros ativos

(i) Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são incluídos nessa categoria, a menos que tenham sido designados como instrumento de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos os ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda não são derivativos. Esses ativos são designados nessa categoria em virtude de sua especificidade como tal ou por que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(ii) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Receitas financeiras", quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A Companhia reconhece perdas em demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros (Nota 6).

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado do exercício, como "Receitas financeiras".

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado do exercício. As variações cambiais de títulos não-monetários são reconhecidas no resultado do exercício. Os títulos monetários são classificados como ativos não-monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são reclassificados para o resultado do exercício, como "Resultado financeiro".

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os testes de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contidas em informações disponíveis para administração da própria entidade.

(iv) Caixa de ativos financeiros: Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(v) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os passivos reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Impairment de ativos financeiros - Ativos mensurados pelo custo amortizado: A Companhia avalia, na data das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas são reconhecidas somente se há evidência objetiva dessa deterioração como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- a Companhia reconheça uma perda ativa para o ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido no resultado do exercício, como "Outras despesas operacionais", e, no caso de provisão para perdas em clientes, como "Despesas com vendas". Quando uma conta a receber de clientes é incorável, esta é baixada contra a conta de provisão original. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida no resultado do exercício, como "Outras despesas operacionais", e, no caso de provisão para perdas em clientes, como "Despesas com vendas".

Ativos classificados como disponíveis para venda

As demonstrações financeiras individuais das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios descritos acima. No caso de investimentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do investimento abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão registrados por um valor superior ao seu valor recuperável. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda sobre o ativo financeiro reconhecida anteriormente no resultado do exercício - é retirada do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do exercício.

(vii) Instrumentos derivativos e atividades de hedge: A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados. Esses derivativos não são utilizados para fins especulativos e são mensurados pelo valor justo.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de hedge (*hedge accounting*).

(e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, as contas a receber são classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes (Nota 6). A avaliação da existência de *impairment* é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

O valor justo das contas a receber de clientes registrado inicialmente é determinado pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

(f) Estoques

Os estoques de matérias-primas e embalagens são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

(g) Depósitos judiciais

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado, considerando o índice de correção aplicável a cada tipo de depósito. Nos casos em que há provisão para contingências as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

(h) Investimento

O investimento em subsidiária integral é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, baseado no resultado do exercício como "Resultado de participações societárias" nas demonstrações financeiras individuais. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, os resultados não realizados de transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

(i) Ativos não circulantes mantidos para a venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, inicialmente, quando se tratar de uma venda e quando a efetivação dessa venda for prazamente certa. Os ativos não são incluídos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

(j) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem principalmente fábricas e escritórios. Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação, e eventuais perdas decorrentes de ajuste ao valor recuperável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Em função da relevância dos montantes apresentados, a Companhia utilizou em 1º de janeiro de 2009 a opção da adoção de custo atribuído aos seus terrenos e edificações.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

Originais	Revisadas	Taxas de depreciação - % ao ano	
		Média ponderada original	Média ponderada revisada

Edifícios e construções	4-5	2-14	4	2
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	5 - 50	5 - 50	15	15
Móveis e utensílios	10 - 25	10 - 25	8	8
Veículos	20 - 25	20 - 25	21	21
Hardware	10 - 20	10 - 20	20	20

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.20).

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

(k) Intangíveis

(i) Pesquisa e desenvolvimento: Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos.

(ii) Programas de computador (software): Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 17.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os custos do desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 17.

(l) Redução ao valor recuperável de ativos - ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

(m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(n) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

(o) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na medida em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, no Brasil na data das demonstrações financeiras da Companhia. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros, trazidos a valor presente. Essas projeções, são baseadas em estudos técnicos elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As mesmas foram examinadas pelo conselho fiscal e aprovadas pelo conselho de administração da Companhia.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exigível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

(p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

(q) Benefícios a empregados

(i) Participação nos lucros: A Companhia possui um programa de participação nos lucros ou resultados que atribui a cada funcionário empregado 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

A Companhia distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Na apuração de saldo a pagar de participação nos lucros ou resultados, tal adiantamento é descontado do montante a que cada empregado tem direito. Em não havendo saldo de participação, o adiantamento não é objeto de desconto. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço. Os valores podem ser contabilizados como custo dos produtos vendidos, despesas com venda ou despesas gerais e administrativas conforme o caso.

(ii) Benefícios de rescisão: Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Companhia em virtude de uma solicitação de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

(r) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. Quando a Companhia compra ações de seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos impostos), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é tratamente atribuível e dos respectivos efeitos dos impostos, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(s) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há lucros disponíveis para distribuição, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, respeitando o mesmo limite dos dividendos mínimos obrigatórios.

A adoção inicial dos pronunciamentos contábeis em 2010, retrospectivamente a 1º de janeiro de 2009, não gerou efeitos relevantes no resultado da Companhia, motivo pelo qual não foi proposta alteração em sua política de dividendos.

(t) Reconhecimento de receita

O valor justo do produto da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e sua controlada.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os custos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de venda FOB, a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

As vendas são realizadas com pagamentos à vista ou a prazo. Existem ainda vendas realizadas por meio de um programa de "vendedor", financiadas através de bancos, que assumem a responsabilidade dos recebíveis pelo período de até um ano.

(ii) Prestação de serviços de transportes: A receita de contratos de prestação de serviços de transporte por preço fixo é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados.

(iii) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado a taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, a perda é reconhecida no resultado do exercício, como "Outras despesas operacionais" e "Receita financeira". Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(iv) Demais receitas e despesas: As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

(u) Custo dos produtos vendidos

As bonificações decorrentes de compras de matérias-primas, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica "Custo de produtos vendidos", no resultado do exercício, na medida em que a Companhia adquira o direito ao seu recebimento, mediante o atendimento dos volumes de compra e outros parâmetros pré-estabelecidos.

As despesas relativas a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriadas aos custos dos produtos vendidos quando da venda dos mesmos. As despesas com frete relacionadas à entrega da mercadoria, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

(v) Operações de "vendedor"

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de "vendedor" e crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador, as quais assumem a responsabilidade dos recebíveis pelo período de até um ano), efetuadas com seus clientes preferenciais. Essas transações estão apresentadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. As potenciais perdas são consideradas quando da constituição da provisão para "impairment".

(w) Incentivos fiscais

Redução de ICMS: O benefício fiscal



FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs e o IFRS nas seguintes datas:

- Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009
- Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

4.5. Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009

	31/12/2009	01/01/2009
De acordo com o BR GAAP antigo	296.766	237.259
Contabilização do custo atribuído	74.226	74.226
Revisão das vidas úteis (depreciação)	2.765	
Depreciação do custo atribuído	(913)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído	(24.927)	(25.237)
De acordo com CPCs e IFRS	347.917	286.248

4.6. Conciliação do lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	2009
De acordo com o BR GAAP antigo	59.507
Revisão das vidas úteis (depreciação)	2.765
Depreciação do custo atribuído	(913)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído	310
De acordo com CPCs e IFRS	61.669

4.7. Ajustes de adoção inicial nas informações trimestrais

Em consonância com a Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011, a Companhia reapresentará suas informações financeiras referentes aos trimestres de 2010, comparadas com os respectivos períodos de 2009, até 15 de maio de 2011.

Conforme divulgado na Nota 4, a administração aplicou o ICP 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 gerando alterações nos valores já divulgados nas Informações Trimestrais.

Essas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

Conforme requerido pela deliberação antes referida, os impactos nas informações trimestrais podem ser assim sumariados:

4.7.1. Conciliação do patrimônio líquido de informações trimestrais

	30/09/2010	30/06/2010	31/03/2010
De acordo com o BR GAAP antigo	245.048	227.907	278.054
Contabilização do custo atribuído	74.226	74.226	74.226
Depreciação do custo atribuído	(1.597)	(1.369)	(1.141)
Revisão das vidas úteis (depreciação)	4.953	4.212	3.485
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído	(24.694)	(24.771)	(24.849)
De acordo com CPCs e IFRS	297.936	280.205	329.775

	30/09/2009	30/06/2009	31/03/2009
De acordo com o BR GAAP antigo	331.966	302.198	242.127
Contabilização do custo atribuído	74.226	74.226	74.226
Depreciação do custo atribuído	(684)	(456)	(228)
Revisão das vidas úteis (depreciação)	2.051	1.345	664
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído	(25.004)	(25.082)	(25.159)
De acordo com CPCs e IFRS	382.555	352.231	291.630

4.7.2. Conciliação do lucro líquido de informações trimestrais

	30/09/2010	30/06/2010	31/03/2010
De acordo com o BR GAAP antigo	(51.718)	(68.859)	(18.711)
Depreciação do custo atribuído	(684)	(456)	(228)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído	233	155	78
Revisão das vidas úteis (depreciação)	2.189	1.447	720
De acordo com CPCs e IFRS	(49.800)	(67.713)	(18.141)

	30/09/2009	30/06/2009	31/03/2009
De acordo com o BR GAAP antigo	94.708	64.940	4.869
Depreciação do custo atribuído	(684)	(456)	(228)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído	233	155	78
Revisão das vidas úteis (depreciação)	2.051	1.345	664
De acordo com CPCs e IFRS	96.308	65.984	5.383

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e bancos		43.602	19.522	21.672
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	100,4%	113.598	63.034	223.832
Debêntures - operações compromissadas (ii)	100,2%	17.803	69.710	5.143
Outras aplicações		1.051	774	163
		176.054	153.040	250.810

	Taxa média	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e bancos		44.476	20.840	22.053
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	100,4%	113.598	63.034	223.832
Debêntures - operações compromissadas (ii)	100,2%	17.803	69.710	5.143
Outras aplicações		1.051	774	163
		176.928	154.358	251.191

(i) Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB, são denominados em reais, com rentabilidade atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, com liquidez imediata.

(ii) Debêntures - operações compromissadas, referem-se a operações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras.

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a receber no país	430.081	416.830	444.752
Contas a receber no exterior	1.405	722	2.323
Perdas por "impairment" das contas a receber	(41.451)	(45.318)	(41.180)
Ajuste a valor presente	(2.779)	(2.853)	(1.899)
	387.256	369.381	403.906
Ativo circulante	(387.256)	(369.381)	(403.570)
Ativo não circulante			426

O ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias com juros nominais das transações de 1,2% ao mês (1,2% ao mês em 31 de dezembro de 2009 e 1,2% ao mês em 1º de janeiro de 2009) utilizando fluxo de caixa descontado.

Os saldos de contas a receber no exterior no valor de R\$ 1.405 (R\$ 722 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 2.323 em 1º de janeiro de 2009) estão denominados em dólares norte-americanos.

Os valores justos das contas a receber se aproximam dos seus valores contábeis em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais.

Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de clientes incluem o valor de R\$ 53.291 (R\$ 64.883 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 88.182 em 1º de janeiro de 2009) que encontrava-se vencido, mas sem provisão para perdas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente ou para os quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Até três meses	9.896	11.659	35.550
De três a seis meses	841	2.625	9.125
Mais de seis meses	42.554	50.599	43.507
	53.291	64.883	88.182

Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de clientes totalizavam R\$ 431.486 (R\$ 417.552 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 447.075 em 1º de janeiro de 2009) e estavam vencidas e provisionadas os valores de R\$ 41.451 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 45.318 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 41.180 em 1º de janeiro de 2009). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Até três meses	15	4	162
De três a seis meses	20	145	1.371
Mais de seis meses	41.416	45.169	39.647
	41.451	45.318	41.180

As movimentações na provisão para perdas das contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2010	2009
Em 1º de janeiro	45.318	41.180
Provisão para perdas das contas a receber	3.170	4.138
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(7.037)	
Em 31 de dezembro	41.451	45.318

A constituição e a baixa da provisão para perdas das contas a receber foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas".

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

7. Outros ativos

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Adiantamentos a fornecedores (i)	21.553	14.256	44.267
Ratios de importações (ii)	3.112	3.112	3.104
Venda de imobilizado partes relacionadas (Nota 12)	1.667	3.600	
Adiantamentos a funcionários	1.197	984	621
Venda de imobilizado	153	6.780	3.316
Outras	3.482	4.025	1.958
	31.164	32.757	53.266
Ativo circulante	(30.449)	(31.389)	(52.270)
Ativo não circulante	715	1.368	996

(i) Adiantamentos a fornecedores - refere-se a adiantamentos efetuados para certos fornecedores para compra de matéria-prima no curso normal das operações da Companhia.

(ii) Ratios de importação - Refere-se a contas a receber de outras empresas de fertilizante por conta de importações compartilhadas.

8. Estoques

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Matérias-primas e embalagens	291.563	345.349	547.343
Importações em andamento	170.876	55.979	18.341
Adiantamentos a fornecedores	4.704	11.092	29.378
Almoxxarifado	8.702	6.092	4.109
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(1.335)	(1.843)	(64.374)
Ajuste a valor presente	(733)	(910)	
	474.510	415.936	533.887

(i) Os estoques de matérias primas e embalagens, em 31 de dezembro de 2010, estão avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Em 1º de janeiro de 2009, os estoques contemplavam provisão de montante relevante para ajuste ao valor de mercado, uma vez que, naquela data, em razão da crise financeira mundial, os custos-médios de certos estoques estavam superiores aos preços esperados para a comercialização dos produtos.

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$ 2.888.735 em 2010 (R\$ 2.820.413 em 2009).

Alguns itens do estoque que somam o valor de R\$ 40.022 em 31 de dezembro de 2010 estão dados em garantia de operações com fornecedores (Nota 18) e de financiamentos (Nota 19).

9. Tributos a recuperar

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	77.009	40.347	38.306
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	65.213	58.598	38.331
Provisão para deságio na venda de créditos de ICMS	(184)	(216)	
Provisão para perda de créditos de ICMS-GO	(6.835)		
Programa de integração social - PIS	10.925	6.236	6.094
IRRF sobre aplicações financeiras	596	1.206	40.597
	146.724	106.171	123.328
Ativo circulante	(127.021)	(103.514)	(118.947)
Ativo não circulante (i)	19.703	2.657	4.381

Os saldos de COFINS serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte através de pedidos de restituição, no valor total original de R\$ 21.909, protocolados na Receita Federal do Brasil entre agosto de 2009 e março de 2010, bem como através de pedido de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Os créditos acumulados de ICMS serão utilizados na aquisição de ativo imobilizado e insumos para produção, além da utilização nas operações normais da Companhia. Na data das demonstrações financeiras, a Companhia possui aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de Minas Gerais no montante de R\$ 7.387 e em processo de aprovação junto a autoridades estaduais de Minas Gerais o montante de R\$ 3.833 e de São Paulo o montante de R\$ 15.203. A Companhia negociou a venda de crédito de ICMS a terceiros com provisão para deságio no montante de R\$ 184 em 31 de dezembro de 2010. No Estado de Goiás foi provisionado para perda o montante de R\$ 6.835 em 31 de dezembro de 2010, referente ao estorno de crédito ICMS sobre as vendas internas com benefício de isenção.

(iii) O ativo não circulante refere-se basicamente à parcela de PIS e da COFINS sobre ativo imobilizado cuja realização deverá ocorrer durante os anos de 2011 a 2014.

10. Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição dos tributos correntes

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo			
Imposto de renda a recuperar (i)	130.833	119.735	49.324
Contribuição social a recuperar (ii)	29.892	27.481	18.455
	160.725	147.216	67.779
Ativo circulante	(200)	(4.200)	(67.779)
Ativo não circulante	160.525	143.016	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo			
Imposto de renda a recolher	7.514		
Contribuição social a recolher	3.161		
Passivo circulante	10.675		

(b) Composição dos tributos diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	58.177	66.805	116.963
Diferenças temporárias:			
Perda não realizada com instrumento financeiro	7.565	7.860	
Provisão para comissões sobre vendas	2.870	2.126	2.018
Ágio amortizado de empresa investidora incorporada	2.022	2.491	2.962
Provisão para contingências	1.406	1.041	
Provisão para créditos de realização duvidosa	968	1.625	1.656
Ajuste a valor presente	945	1.219	(3.258)
Provisão para ajuste ao valor de mercado dos estoques	454	627	21.887
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	214	395	543
Ajuste de avaliação patrimonial			
Outras	2.541	289	2.110
	77.162	84.478	144.881

Os valores de compensação são os seguintes:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos			
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem recuperados depois de 12 meses	41.317	55.755	106.744
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem recuperados em até 12 meses	35.845	28.723	38.137
	77.162	84.478	144.881

Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem liquidados depois de 12 meses	25.826	23.449	25.238
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem liquidados em até 12 meses	4.032	4.944	2.118
	29.858	28.393	27.356

Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

	47.304	56.085	117.525
--	--------	--------	---------

(c) Período estimado de realização

Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	31/12/2010
2011	35.845
2012	16.746
2013	19.874
2014	4.697
	77.162

Os passivos fiscais diferidos serão realizados, substancialmente, pelos prazos de realização do custo atribuído.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11. Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos "swaps" são resumidos a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Posição ativa												
Moeda estrangeira	506.466	515.003	13.550	506.011	512.260	13.458	507.010	513.827	13.416	23.974	6.034	175.958
Posição passiva												
Índice - CDI	(506.466)	(515.003)	(13.550)	(528.261)	(535.042)	(13.283)	(528.261)	(534.390)	(13.284)	(84.757)	(124.108)	(17.670)
Total				(22.250)	(22.782)	175	(21.251)	(20.563)	132	(60.783)	(118.074)	158.280

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidas mensalmente no resultado do exercício, considerando-se o valor justo desses instrumentos.

(a) Descrição dos contratos

Os contratos de "swap" são realizados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda estrangeira para o Real.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia detinha "swaps" de moeda no valor nominal total de R\$ 506.466 (R\$ 515.003 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 13.550 em 1º de janeiro de 2009), com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial. Nesses "swaps", a Companhia recebia variação cambial do dólar norte-americano e pagava 100% do CDI.

(b) Vencimento dos contratos de "swap"

Os contratos derivativos descritos anteriormente possuem as seguintes datas de vencimentos:

	Janeiro de 2011	Fevereiro de 2011	Março de 2011	Abril de 2011
Banco Bradesco S.A.	9.893	5.935	16.950	8.600
Banco do Brasil S.A.	9.400	19.300	29.402	10.370
Banco Citibank S.A.	12.890	9.400	2.000	2.000
Banco HSBC Bank Brasil S.A.	29.400	21.550	14.200	6.750
Banco Indusval Multistock S.A.	2.000	1.000	2.000	
Banco Itaú BBA S.A.	3.000	1.500	5.000	
Banco Pine S.A.	6.000	17.500	11.600	
Banco Rabobank INTL Brasil S.A.	6.000	8.000	4.000	
Banco Westlb do Brasil S.A.	9.000	14.520	5.340	
	<u>87.583</u>	<u>98.270</u>	<u>90.392</u>	<u>27.720</u>



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos										31/12/2009
	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		Passivos mensurados ao valor justo através do resultado	Instrumentos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	Total
Financiamentos de importação (i)										
Variável (2008 - US\$ 25.344 mil)	(2008 - LIBOR + 0,70% a.a.)	(2008 - LIBOR + 0,70% a.a.)			61.914					
Fixo										
US\$ 272.875 mil (dezembro de 2009 US\$ 323.945mil)	Varição cambial +2,61% a.a.	Varição cambial + 2,61% a.a.	449.687	558.146	578.325					
Capital de giro (ii)										
Finame (iii)	10,37% a.a.	10,37% a.a.	7.502							
Operações de "vendedor" (iv)	4,50% a.a.	4,50% a.a.	5.107							
Operações de crédito rural (iv)	17,88% a.a.	17,88% a.a.	32.237	29.129	3.538					
Cédulas de crédito industrial - BNDES (v)	6,75% a.a.	6,75% a.a.	43.872	32.932	47.657					
Debêntures (vi)	Varição do URTJLP + 5,3% a.a.	Varição do URTJLP + 5,3% a.a.	6.191	9.556	14.360					
	DI + 4,5% a.a.	DI + 5,19% a.a.	238.817							
			783.413	629.763	705.794					
			(549.199)	(623.541)	(696.018)					
			234.214	6.222	9.776					

Passivo circulante

LIBOR (London Interbank Offered Rate) - em 31 de dezembro de 2010 era de 0,45594% ao ano, respectivamente em 2009 - 0,43% ao ano.

TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) - taxa de juros de longo prazo fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional e divulgada pelo Banco Central do Brasil e calculada tendo por parâmetros metas de inflação e prêmios de risco. Em 31 de dezembro de 2010, a TJLP era de 6,00% ao ano (6,00% ao ano em 31 de dezembro de 2009 e 6,25% ao ano em 1º de janeiro de 2009).

URTJLP - unidade de referência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social atualizada com base na TJLP.

CDI - corresponde à remuneração de depósitos interbancários. Em 31 de dezembro de 2010 foi de 10,64% ao ano (8,55% ao ano em 31 de dezembro 2009 e 13,62% ao ano em 1º de janeiro de 2009).

(i) **Financiamentos de importação:** Financiamentos contratados junto a várias instituições financeiras para financiar a importação de matérias primas. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matérias primas no exterior ou da data do desembarco da operação. Em 31 de dezembro de 2010 estão garantidos por recebíveis que representam 23% do valor financiado; o saldo remanescente não possui garantias.

(ii) **Capital de giro:** Refere-se a operação de empréstimo com uma instituição financeira. Os vencimentos estão previstos para o primeiro semestre de 2011.

(iii) **FINAME:** Cédula de Crédito Industrial com recursos originários de repasse da Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame ou BNDES.

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
2012	626		
2013	638		
2014	638		
2015 em diante	3.205		
	<u>5.107</u>		

(iv) **Operações de "vendedor" e crédito rural:** A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de "vendedor" e crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferências, consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. As potenciais perdas são consideradas quando da constituição da provisão para créditos de realização duvidosa.

(v) **Cédulas de crédito industrial BNDES:** Referem-se a linhas de crédito, disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para construção das unidades de Paranaíba-PR, as quais estão garantidas pelo imóvel objeto do financiamento e, construção da unidade de Ourinhos-SP, tendo como garantia as unidades de Três Corações-MG e Manhuaçu-MG.

(vi) **Debêntures**

Passivo em 31/12/2010										
Série	Quantidade	Emissão	Valor nominal	Indexador	Circulante	Não circulante	Total			
FHER11	178	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	9.824	176.621	186.445			
FHER21	50	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	2.759	49.613	52.372			
					<u>12.583</u>	<u>226.234</u>	<u>238.817</u>			

A Empresa possui em circulação 228 debêntures, não conversíveis em ações, de emissão particular, com valor nominal de R\$ 1.000 cada, com encargos de acordo com a variação da taxa DI acrescidos de juros de 4,50% ao ano, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do vencimento. Os juros têm vencimento semestral a partir de fevereiro de 2011. O principal possui vencimento em três parcelas iguais em fevereiro de 2012, de 2013 e de 2014. Essas debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha certos índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia atende a todas as suas cláusulas restritivas. As garantias são: (i) a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelos seus controladores; e (ii) garantia fidejussória dos acionistas controladores.

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
2009			691.434
2010		61.061	4.585
2011	549.200	561.481	3.410
2012	77.733	3.335	3.410
2013	76.638	3.886	2.955
2014	76.638		
2015 em diante	3.204		
	<u>783.413</u>	<u>629.763</u>	<u>705.794</u>

(vii) **Valor justo dos financiamentos:** O valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2010 é R\$ 241.094. O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos se aproxima do seu valor contábil. Os valores justos dos FINIMPs - Financiamentos de importação baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa de empréstimo de 2,61% a.a. (mais variação cambial)% em 31 de dezembro de 2010 (3,71% a.a. (mais variação cambial) em 31 de dezembro de 2009 e 5,34% a.a. (mais variação cambial) em 1º de janeiro de 2009).

(viii) **Análise dos financiamentos por moeda:** Os valores contábeis dos empréstimos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Reais	333.726	71.617	65.556
Dólares norte-americanos	449.687	558.146	640.239
	<u>783.413</u>	<u>629.763</u>	<u>705.795</u>

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contingências de naturezas:			
Tributárias	1.462	4.391	3.963
(-) Depósitos judiciais	(1.161)	(3.115)	(1.982)
	<u>301</u>	<u>1.276</u>	<u>1.981</u>
Trabalhistas e previdenciárias	2.320	287	263
(-) Depósitos judiciais	(1.481)	(1.577)	(921)
	<u>839</u>	<u>(1.290)</u>	<u>(658)</u>
Cíveis	354	276	275
(-) Depósitos judiciais	(345)		
	<u>9</u>	<u>276</u>	<u>275</u>
	<u>1.149</u>	<u>262</u>	<u>1.598</u>

A Companhia possui, ainda, depósitos judiciais não relacionados a contingências no montante de R\$ 14.840 (R\$ 6.770 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 8.237 em 1º de janeiro de 2009) (Nota 13). Em 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais, referente a outras ações e processos administrativos, no montante de R\$ 3.600, que estão suportados por depósitos judiciais e respectiva provisão, bem como outras obrigações registradas como Tributos a recolher.

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contingências de naturezas:			
Tributárias	1.462	4.391	3.963
(-) Depósitos judiciais	(1.161)	(3.115)	(1.982)
	<u>301</u>	<u>1.276</u>	<u>1.981</u>
Trabalhistas e previdenciárias	2.320	287	263
(-) Depósitos judiciais	(1.481)	(1.577)	(921)
	<u>839</u>	<u>(1.290)</u>	<u>(658)</u>
Cíveis	354	276	275
(-) Depósitos judiciais	(345)		
	<u>9</u>	<u>276</u>	<u>275</u>
	<u>1.149</u>	<u>262</u>	<u>1.598</u>

As reversões foram utilizadas nas mesmas contas em que as provisões e suas atualizações foram contabilizadas originalmente, ou seja, outras receitas e despesas operacionais e resultado financeiro.

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contingências de naturezas:			
Tributárias	1.462	4.391	3.963
(-) Depósitos judiciais	(1.161)	(3.115)	(1.982)
	<u>301</u>	<u>1.276</u>	<u>1.981</u>
Trabalhistas e previdenciárias	2.320	287	263
(-) Depósitos judiciais	(1.481)	(1.577)	(921)
	<u>839</u>	<u>(1.290)</u>	<u>(658)</u>
Cíveis	354	276	275
(-) Depósitos judiciais	(345)		
	<u>9</u>	<u>276</u>	<u>275</u>
	<u>1.149</u>	<u>262</u>	<u>1.598</u>

As reversões foram utilizadas nas mesmas contas em que as provisões e suas atualizações foram contabilizadas originalmente, ou seja, outras receitas e despesas operacionais e resultado financeiro.

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contingências de naturezas:			
Tributárias	1.462	4.391	3.963
(-) Depósitos judiciais	(1.161)	(3.115)	(1.982)
	<u>301</u>	<u>1.276</u>	<u>1.981</u>
Trabalhistas e previdenciárias	2.320	287	263
(-) Depósitos judiciais	(1.481)	(1.577)	(921)
	<u>839</u>	<u>(1.290)</u>	<u>(658)</u>
Cíveis	354	276	275
(-) Depósitos judiciais	(345)		
	<u>9</u>	<u>276</u>	<u>275</u>
	<u>1.149</u>	<u>262</u>	<u>1.598</u>

As reversões foram utilizadas nas mesmas contas em que as provisões e suas atualizações foram contabilizadas originalmente, ou seja, outras receitas e despesas operacionais e resultado financeiro.

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contingências de naturezas:			
Tributárias	1.462	4.391	3.963
(-) Depósitos judiciais	(1.161)	(3.115)	(1.982)
	<u>301</u>	<u>1.276</u>	<u>1.981</u>
Trabalhistas e previdenciárias	2.320	287	263
(-) Depósitos judiciais	(1.481)	(1.577)	(921)
	<u>839</u>	<u>(1.290)</u>	<u>(658)</u>
Cíveis	354	276	275
(-) Depósitos judiciais	(345)		
	<u>9</u>	<u>276</u>	<u>275</u>
	<u>1.149</u>	<u>262</u>	<u>1.598</u>

As reversões foram utilizadas nas mesmas contas em que as provisões e suas atualizações foram contabilizadas originalmente, ou seja, outras receitas e despesas operacionais e resultado financeiro.

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contingências de naturezas:			
Tributárias	1.462	4.391	3.963
(-) Depósitos judiciais	(1.161)	(3.115)	(1.982)
	<u>301</u>	<u>1.276</u>	<u>1.981</u>
Trabalhistas e previdenciárias	2.320	287	263
(-) Depósitos judiciais	(1.481)	(1.577)	(921)
	<u>839</u>	<u>(1.290)</u>	<u>(658)</u>
Cíveis	354	276	275
(-) Depósitos judiciais	(345)		
	<u>9</u>	<u>276</u>	<u>275</u>
	<u>1.149</u>	<u>262</u>	<u>1.598</u>

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros não derivativos				
Câmbio				
	Cenário II	Cenário III	Cenário III	Cenário III
	-25%	-50%	25%	50%
	R\$ 1,2497	R\$ 0,8331	R\$ 2,0828	R\$ 2,4993
IA - Importação em Andamento	(42.714)	(85.436)	42.714	85.436
Fornecedor no exterior	129.075	258.149	(129.075)	(258.149)
Financiamento de importação	112.422	224.844	(112.422)	(224.844)
Demais contas a pagar	2.087	4.174	(2.087)	(4.174)
	<u>200.870</u>	<u>401.731</u>	<u>(200.870)</u>	<u>(401.731)</u>

Juros				
	Cenário II	Cenário III	Cenário III	Cenário III
	-25%	-50%	25%	50%
	CDI 8,0% a.a.	CDI 5,3% a.a.	CDI 13,3% a.a.	CDI 16,0% a.a.
	(18.098)	(12.096)	(30.089)	(36.197)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

(d) Gestão de risco de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia utiliza capital de terceiros , fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra “i” do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% sobre a receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2010 este índice ficou em 21,9%. Em 31 de dezembro de 2009 foi de 15,9% e em 1º de janeiro de 2009 de 28,4%, o qual embora tenha ultrapassado o limite estabelecido, em razão da crise mundial verificada à época, foi devidamente aprovado.

29. Cobertura de seguros
Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto a Companhia possui apólices de seguro para as unidades de produção de Paranaguá-PR e Rondonópolis-MT com limite máximo de indenização de R\$ 6.300, para a frota de veículos com limite máximo de indenização de R\$ 31.970, para os equipamentos financiados pelo Finame com limite máximo de indenização de R\$ 6.509. Adicionalmente, a Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores com limite máximo de indenização de R\$ 10.000.

30. Participação dos empregados nos lucros
Em 2010 e 2009, não houve participação complementar dos empregados nos lucros em face da compensação de prejuízos de anos anteriores no exercício. O valor das participações dos empregados nos lucros a título de adiantamento em 2010 foi de R\$ 4.506 (R\$ 3.318 em 2009). O adiantamento concedido a título de participação dos empregados nos lucros é tratado como custo ou despesa operacional e classificado nas respectivas rubricas das demonstrações financeiras e o saldo provisionado de participação complementar dos empregados nos lucros ou resultados, descontando o adiantamento, é registrado em rubrica específica da demonstração do resultado do exercício.

31. Lucro líquido por ação
(a) Básico e diluído
O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	61.805	61.669
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	48.471	48.471
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária	<u>1,2751</u>	<u>1,2723</u>

O lucro líquido básico por ação e o lucro líquido diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento como efeito diluidor sobre o lucro por ação.

32. Informações por segmento de negócios
A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de administração e os demais membros do Conselho de Administração. A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples - SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 19 unidades misturadoras da Companhia. Adicionalmente, os principais tomadores de decisão analisam informações correspondentes ao faturamento (receita bruta) por (i) região geográfica, compostas pelas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, sendo estas últimas analisadas como uma região única, (ii) tipos de produtos, segregados entre convencionais, diferenciados e vendas industriais; e (iii) cultura a que se aplicam, separadas em diversas culturas, tendo como principais cana, soja, milho, café, reflorestamento e outras. Os principais tomadores de decisão analisam o desempenho dos segmentos operacionais com base na demonstração do resultado por segmento e do EBITDA total. As despesas com vendas, gerais e administrativas, não são alocadas aos segmentos, uma vez que o segmento Industrial destina-se a atender as necessidades internas da Companhia, ou seja, os produtos são utilizados pelas misturadoras. Da mesma forma e por possuir uma administração de caixa centralizada, as receitas e despesas financeiras não são segregadas por segmentos. As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, são as seguintes:

2010			2009		
Industrial	Mistu- radoras	Total	Industrial	Mistu- radoras	Total
Receita bruta de vendas	35.912	3.550.262	100.309	3.160.679	3.260.988
Deduções e impostos sobre vendas		(64.701)		(68.674)	(68.674)
Receita líquida de vendas	<u>35.912</u>	<u>3.485.561</u>	<u>100.309</u>	<u>3.092.005</u>	<u>3.192.314</u>
Custos dos produtos vendidos	(59.511)	(2.996.707)	(144.001)	(2.807.568)	(2.951.569)
Lucro bruto total	<u>(23.599)</u>	<u>488.854</u>	<u>(43.692)</u>	<u>284.437</u>	<u>240.745</u>
Despesas operacionais, líquidas		(295.666)		(273.484)	
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(81.203)		111.965	
Lucro operacional		88.386		79.226	
Imposto de renda e contribuição social		(26.581)		(17.557)	
Lucro líquido exercício		61.805		61.669	
Depreciação e amortização	14.254	28.487	14.412	25.186	39.598
EBITDA	<u>(9.345)</u>	<u>221.676</u>	<u>(29.280)</u>	<u>36.140</u>	<u>6.860</u>

Como antes mencionado, o segmento Industrial destina-se atualmente a atender as necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento Industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de Mistura informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento Industrial. As receitas por região geográfica são demonstradas como segue:

	2010	2009
Sudeste	1.884.400	1.724.717
Centro-Oeste	823.764	789.999
Norte-Nordeste	495.888	431.320
Sul	382.122	314.959
Receita bruta de vendas	<u>3.586.174</u>	<u>3.260.988</u>

Além das informações por segmento Industrial e Misturadoras, a administração analisa as receitas por produtos, segregadas entre diferenciados e convencionais, bem como as receitas por cultura, como abaixo demonstrado:

ADMINISTRAÇÃO			
Conselho da Administração		Diretoria	
Nome	Cargo eletivo	Nome	Cargo eletivo
Dalton Dias Heringer	Presidente	Dalton Carlos Heringer	Diretor-Presidente
Dalton Carlos Heringer	Vice-Presidente	Juliana Heringer Rezende	Diretora Administrativa
Almir Gonçalves de Miranda	Conselheiro	Alfredo Fardin	Diretor Comercial
José Augusto Arantes Savasini	Conselheiro Independente	Rodrigo Bortolini Rezende	Diretor Financeiro
Roberto Rodrigues	Conselheiro Independente	Wilson Rio Mardonado	Diretor de Controladoria e Relações com Investidores
		Lucimar Antonio Cardozo	Controller - CRC/ES-0004514/O
		Rubens Leite de Mattos	Contador CRC 1SP163568/O-6 “S” ES

PARECER DO CONSELHO FISCAL
O Conselho Fiscal da Companhia **Fertilizantes Heringer S.A.**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias examinou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e o estudo técnico de viabilidade de geração de lucros tributáveis, trazidos a valor presente, que tem por objetivo a realização de Ativo Fiscal Diferido, de acordo com o artigo 4º da Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e a vista do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, datado de 10 de março de 2011. Após estes exames, opina no sentido de que os mencionados relatórios, estudos e

Alfredo Gonçalves Martins
Conselheiro
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fertilizantes Heringer S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras

Cultura		2010	2009
Cana		728.338	548.523
Soja		623.681	683.515
Milho		611.335	522.883
Café		600.566	586.432
Reflorestamento		214.612	173.422
Outras		807.642	746.393
Receita bruta de vendas		<u>3.586.174</u>	<u>3.260.988</u>

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

31 de dezembro de 2010
31 de dezembro de 2009
1º de janeiro de 2009

	Mistu- radoras	Industrial	Mistu- radoras	Industrial	Mistu- radoras	Industrial
Estoques	470.317	4.192	412.366	3.570	38.943	494.945
Imobilizado	353.014	118.763	131.792	289.033	134.825	278.080
Demais ativos	1.076.043		971.261			1.042.479
Total dos ativos	<u>1.899.374</u>	<u>122.955</u>	<u>1.672.660</u>	<u>135.362</u>	<u>173.768</u>	<u>1.815.504</u>

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise destes saldos por segmento. Como anteriormente citado na Nota 20, o Ministério Público do Paraná propôs Ação Civil Pública onde se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR. O resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta. Tais irregularidades apontadas pelo Ministério Público do Paraná podem ser assim resumidas: (i) suposta irregularidade dos processos de licenciamento ambiental da Unidade Industrial de Fertilizantes; (ii) na intervenção ilegal em Área de Preservação Permanente (“APP”) e em área de Mata Atlântica; e, (iii) na prática das atividades de acidulação de rocha, granulação, armazenagem e mistura de fertilizantes, que incluem o armazenamento e utilização de produtos perigosos como ácido sulfúrico e enxofre, e indicariam a ocorrência de gravíssimos danos ambientais à flora, à fauna, ao solo e aos recursos hídricos locais, além de significativos transtornos à saúde e qualidade de vida de centenas de moradores vizinhos à fábrica da Companhia. A administração, contudo contesta administrativa e judicialmente as alegações do Ministério Público, entendendo que a implantação de sua unidade industrial ocorreu dentro das normas vigentes e em pleno acordo com as exigências do Instituto Ambiental do Paraná - IAP. Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se totalmente paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante. Ressalta-se que a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento. Após impetrar os recursos administrativos e judiciais julgados cabíveis, a administração aguarda decisão a ser proferida nos autos, por meio da qual a Companhia pretende a liberação de todo o seu parque industrial. Além dos recursos administrativos e judiciais antes citados, administração preparou e apresentou Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (“EIA/RIMA”) para análise do IAP e do Ministério Público Federal. Recentemente, foram retomados os contatos com os representantes do Ministério Público Federal e Estadual, com vistas a nova tentativa de celebração de acordo. A Companhia recebeu ainda diversas ações cíveis movidas por moradores da região onde está instalada a unidade de Paranaguá pleiteando indenização por danos morais oriundos de supostos danos ambientais e das repercussões de tais danos na esfera pessoal de cada indivíduo. As ações são idênticas, isto é, não há qualquer individualização da tese, argumentação e pedidos em relação às especificidades de cada um dos autores. O valor total das ações movidas, considerando as ponderações efetuadas pelos consultores jurídicos da Companhia, é estimado em R\$ 16.220. Os consultores jurídicos da Companhia entendem como possíveis as chances de êxito nessas demandas, uma vez que a fase de produção de provas ainda não se iniciou. Amparada na posição de seus consultores jurídicos nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações cíveis citadas no parágrafo anterior. A produção anual da unidade de Paranaguá-PR é de cerca de 250 mil toneladas de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP, ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias primas de fertilizantes. A cultura de soja é que mais demanda esse fertilizante. Em valores de 2009, a produção da unidade industrial representou 3,1% da receita bruta anual da Companhia. Desde a paralisação da unidade foi registrado diretamente no custo dos produtos vendidos o montante de R\$ 20.043 relativo principalmente a gastos gerais de fabricação e depreciação.

demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, manifestando-se, na forma do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, favoráveis à sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.
Viana - ES, 10 de março de 2011
Antônio Nelson Naime
Conselheiro
Campinas, 10 de março de 2011
pwc
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “S” ES
Wander Rodrigues Teles
Contador CRC 1DF005919/O-3 “S” ES

Aos Administradores e Acionistas
Fertilizantes Heringer S.A. Examinamos as demonstrações financeiras¹ individuais da Fertilizantes Heringer S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Fertilizantes Heringer S.A. e sua controlada (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras